



## Assembleia Legislativa do Estado do Acre

### LEI N. 3.212, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais pelo Poder Executivo em favor de entidades civis sem fins lucrativos na área de assistência social e na área da saúde.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenções sociais em favor das seguintes entidades civis sem fins lucrativos na área de assistência social e na área da saúde:

- I – Central de Articulação das Entidades da Saúde – CADES;
- II – Associação de Portadores de Hepatites do Estado do Acre – APHAC;
- III – Jovens com Uma Missão – JOCUM;
- IV – Fundação Dom José Hascher;
- V – Associação de Redução de Danos do Acre – ARREDACRE;
- VI – Associação de Mulheres Acreanas Revolucionárias – AMAR;
- VII – Obras Sociais da Diocese de Rio Branco – Casa de Acolhida Souza Araújo;
- VIII – Obras Sociais da Diocese de Rio Branco – Arco-Íris e Estrela da Manhã;
- IX – Organização Social Amor e Vida – SAVI;
- X – Rede Acreana de Mulheres e Homens – RAMH;
- XI – Associação Riobranquense de Deficientes Físicos – ARDEF;
- XII – Educandário Santa Margarida; e
- XIII – Fundação Assistencial e Educacional Betel.

**Parágrafo único.** Os recursos serão disponibilizados de acordo com as dotações constantes do orçamento reservado ao Poder Executivo.

**Art. 2º** As ações a serem desempenhadas com a disposição da subvenção social a ser destinada à CADES, serão realizadas em coexecução com as seguintes entidades:

- I – Associação Amigos do Peito – AAPEI;
- II – Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares – ABRAZ;
- III – Associação de Pacientes Amigos de Saúde Mental do Acre – APASAMA;
- IV – Associação de Deficientes Visuais – ADEVI;
- V – Associação dos Ostomizados do Estado do Acre – AOEAC;
- VI – Associação de Portadores de Obesidade do Acre – APOAC;
- VII – Associação Solidariedade – AGA & VIDA;
- VIII – Centro de Hemofílicos do Estado do Acre – CHESAC;
- IX – Grupo de Estímulo do Aleitamento Materno – GEAMA;
- X – Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN – Núcleo Estadual;
- XI – Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN – Núcleo Municipal – Cruzeiro do Sul;
- XII – Pastoral da Criança;
- XIII – Associação de Apoio as Pessoas que fazem Tratamento fora do Estado do Acre – ASFEAC;
- XIV – Pastoral da Pessoa Idosa – PPI;
- XV – Associação dos Surdos do Acre – ASSACRE;
- XVI – Caminho de Luz – Centro de Recuperação para Dependentes Químicos;
- XVII – Casa de Passagem de Apoio e Saúde do Seringueiro – CASS;
- XVIII – Associação para Pesquisa e de Assistência a Transplante – APAT;
- XIX – Associação dos Portadores de Doenças Tropicais – APDT;

**XX** – Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados do Estado do Acre – APARTAC;

**XXI** – Associação dos Diabéticos do Estado do Acre – ADAC;

**XXII** – Associação dos Portadores de Epilepsia do Estado do Acre – APEEAC;

**XXIII** – Associação dos Amigos e Pais dos Autistas do Acre – AMPAC;

**XXIV** – Desafio Jovem Peniel – Rio Branco;

**XXV** – Desafio Jovem Peniel – Cruzeiro do Sul;

**XXVI** – Associação dos Parentes e Amigos de Dependentes Químicos – APADEQ;

**XXVII** – Associação dos Parentes e Amigos de Dependentes Químicos – APADEQ – Cruzeiro do Sul;

**XXVIII** – Associação dos Praticantes e Simpatizantes de Equoterapia do Estado do Acre – ASPEAC;

**XXIX** – Comunidade Terapêutica Ômega;

**XXX** – Reconstruindo Vidas para o Reino de Deus;

**XXXI** – Fazenda Esperança de Sena Madureira;

**XXXII** – Casa de Acolhimento Rei Salomão; e

**XXXIII** – Casa Reviver- Cruzeiro do Sul.

**Art. 3º** A concessão de subvenção social de que trata esta lei ficará condicionada a prévia justificativa elaborada pela administração, que a fundamente, de acordo com os requisitos estabelecidos nos arts. 16 e 17 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 4º** Para concessão de subvenção social será necessário a celebração de termo de subvenção a ser firmado entre as partes, o qual deverá estabelecer as obrigações dos partícipes, devendo ser apresentado plano de trabalho compatível com a atividade a ser desempenhada.

**§ 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a acrescer, para o exercício 2017, em até vinte por cento o valor global destinado as subvenções sociais no exercício de 2016, atendidos aos princípios de interesse público, oportunidade e conveniência.

**§ 2º** O montante acrescido na forma do § 1º, poderá ser destinado à subvenção de entidades não listadas nos arts. 1º e 2º, desde que atendam aos requisitos estabelecidos nos arts. 16 e 17 da Lei n. 4.320, de 1964, mediante prévia justificativa elaborada pelo órgão concedente.

**§ 3º** O valor global destinado às subvenções sociais de que trata esta lei não poderá exceder, no exercício de 2017, o montante destinado para mesma finalidade no exercício de 2016, ressalvada a hipótese do § 1º deste artigo.

**Art. 5º** Fica estabelecido que a transferência de recursos deverá ser destinada ao pagamento de contas de água, energia, telefone e despesas de custeio, conforme disposto no art. 13, *caput*, da Lei Federal n. 4.320, de 1964.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* aplica-se às despesas nele mencionadas com vencimento datado a partir da competência janeiro de 2017.

**Art. 6º** Para fins de atendimento ao disposto nesta lei, fica permitida a prorrogação, até o final do exercício financeiro seguinte, das subvenções já concedidas às entidades mencionadas nos arts. 1º e 2º.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 30 de dezembro de 2016, 128º da República, 114º do Tratado de Petrópolis e 55º do Estado do Acre.

**TIÃO VIANA**

Governador do Estado do Acre